STJ00111519

COLEÇÃO Raciocínio Probatório

Coordenação:
VITOR DE PAULA RAMOS

Prova testemunhal

Do Subjetivismo ao Objetivismo, do Isolamento Científico ao Diálogo com a Psicologia e a Epistemologia

VITOR DE PAULA RAMOS

Apresentação:
DANIEL MITIDIERO

Prefácio:
JORDI FERRER-BELTRÁN

2ª edição
Revista e atualizada

2021

EDITORA JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

STJ00111519

1189930

EDITORA JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051 • Contato: https://www.editorajuspodivm.com.br/sac

Copyright: Edições *Jus*PODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa e Diagramação: Maitê Coelho e Cendi Coelho *(maitescoelho@yahoo.com.br)*

• A Editora *JusPODIVM* passou a publicar esta obra a partir da 2.ª edição.

P969 Prova Testemunhal - Do Subjetivismo ao Objetivismo, do Isolamento Científico ao Diálogo com a Psicologia e a Epistemologia / Vitor de Paula Ramos – Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

272 p. (Raciocínio Probatório / coordenador Vitor de Paula Ramos)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5680-322-7.

1. Direito Processual. 2. Provas. I. Ramos, Vitor de Paula. II. Título.
CDD 341.4

Conselho científico da coleção: Jordi Ferrer, Carmen Vázquez e Luis Felipe Kircher.

Todos os direitos desta edição reservados a Edições *Jus*PODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições *Jus*PODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

STJ00111519

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 31

1.

PREMISSAS DO NOVO RACIOCÍNIO PROBATÓRIO: DOIS MODELOS PARA O FUNCIONAMENTO DA PROVA 33

1.1. Do modelo subjetivo: a crença do juiz como cerne da prova 36

1.1.1. Consequências gerais de sua adoção 39

1.2. Do modelo objetivo: o convencimento do juiz retirado do cerne da prova..... 41

1.2.1. Consequências gerais de sua adoção 44

1.3. O presente livro somente tem sentido sob a premissa da adoção de um modelo objetivo 48

STJ00111519

2.

A PROVA TESTEMUNHAL E SEU ESTADO DA ARTE NA DOUTRINA E NA JURISPRUDÊNCIA 51

2.1. Noções preliminares 53

2.2. Admissibilidade 56

2.2.1. Exclusão por conta do objeto (fato a ser provado). Hierarquias entre meios de prova? 56

2.2.1.1. Posição a favor da hierarquia entre meios de prova e necessidade de prova "mais segura" do que a testemunhal para a prova de determinados fatos 56

2.2.1.2. Posição contrária à hierarquia entre meios de prova: prova testemunhal seria tão segura quanto as demais, independentemente dos fatos a serem provados 61

2.2.2. Exclusão por conta do sujeito 64

2.3. Produção 67

2.3.1. Testemunha da parte ou do processo? 67

2.3.2. Cuidados para não "contaminação" da testemunha 69

2.3.3. Formas de interrogatório 71

2.3.3.1. Perguntas diretas x narrativas livres 71

2.3.3.2. Perguntas pelo juiz x pelos advogados? ... 74

2.3.3.3. Formas para supostamente garantir a veracidade do depoimento 77

2.4. Valoração 80

2.4.1. Imediação, contato pessoal e impressões subjetivas 80

2.4.2. Valor do testemunho e suficiência 83

2.5. Conclusões parciais 91

3.

A CIÊNCIA E AS PREMISSAS DA DOUTRINA TRADICIONAL 95

3.1. A epistemologia e o testemunho (ou as epistemologias do testemunho): a presunção de veracidade do testemunho jurídico em xeque 95

3.1.1. Noções preliminares 97

3.1.1.1. O testemunho na epistemologia e no Direito 97

3.1.1.2. Testemunho implica transmissão de conhecimento? 104

3.1.1.3. Autoridade e confiança 112

3.1.1.4. Mentiras e erros honestos 117

3.1.2. Concepções da epistemologia do testemunho ... 121

3.1.2.1. Presuntivismo (não reducionismo) 122

3.1.2.2. Não presuntivismo (reducionismo) 130

3.1.2.3. Dualismo: uma terceira corrente? 135

3.1.3. A revalorização da dimensão epistêmica do testemunho jurídico: do presuntivismo ao não presuntivismo; da avaliação da testemunha à avaliação do testemunho 137

3.2. A Psicologia experimental do testemunho: bases científicas para as dificuldades de detecção de mentiras e para a consideração dos erros honestos 141

3.2.1. Considerações iniciais sobre a prova testemunhal: entre o Direito e a ciência 141

3.2.2. Considerações básicas sobre a metodologia 145

3.2.3. Metodologia 154

3.2.4. A insinceridade do testemunho: o mito da detecção de mentiras e a real impossibilidade de sua detecção 156

3.2.4.1. Ausência de "sinais indicativos" eficientes de mentira e nulo papel do "treinamento" 156

STJ00111519

3.2.4.2. Fatores que influenciam a percepção de credibilidade: confiança e forma de exposição 159
3.2.5. Erros honestos e fatores que os influenciam: falhas na percepção e na recuperação das memórias da testemunha 162
3.2.5.1. Falhas de percepção 162
3.2.5.1.1. Aspectos visuais básicos: luz, alterações de luz e cores 163
3.2.5.1.2. Velocidade..... 166
3.2.5.1.3. Distância 169
3.2.5.1.4. Tempo de exposição (duração do evento)..... 170
3.2.5.1.5. Idade 172
3.2.5.1.6. Efeito do foco na arma (*weapon focus*) ou em objetos que estão "fora de contexto" 174
3.2.5.1.7. Estresse..... 177
3.2.5.1.8. Álcool e outras drogas..... 178
3.2.5.2. Falhas na recuperação da memória 180
3.2.5.2.1. Tempo entre o evento e a recuperação (*retention interval*) 181
3.2.5.2.2. Informações pós-evento (*post-event information*)..... 185
3.2.5.2.3. *Feedback* sobre o desempenho da testemunha 188
3.2.5.2.4. Forma de perguntas (viés confirmatório e *leading questions*)..... 190

4.

PROPOSTA DE UMA RECONSTRUÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL 195

4.1. Premissas delineadas para a reconstrução 195

4.2. Enfrentamento das premissas do Direito à luz da ciência e da epistemologia 198

4.2.1. Quanto às premissas ligadas à fase da admissibilidade 198

4.2.1.1. Da inadmissibilidade por questões objetivas 199

4.2.1.2. Da inadmissibilidade por questões subjetivas 202

4.2.2. Quanto às premissas ligadas à fase da produção das provas 206

4.2.2.1. Testemunha da parte ou do processo?.. 206

4.2.2.2. Da não contaminação da testemunha: somente no momento da audiência? 211

4.2.2.3. Das supostas formas de garantia da veracidade do testemunho 215

4.2.2.3.1. A presença do juiz, o juramento e o crime de falso testemunho 216

4.2.2.3.2. A acareação 219

4.2.2.4. Das formas de interrogatório 221

4.2.2.4.1. Perguntas diretas ou narrativas livres? 222

4.2.2.4.2. Perguntas pelos advogados ou pelo juiz? 224

4.2.3. Quanto às premissas ligadas à fase de valoração.. 226

4.2.3.1. O contato pessoal do juiz com a testemunha e os mitos que o circundam..... 227

4.2.3.2. Os diferentes tipos de testemunho e sua valoração 229

STJ00111519

4.2.3.3. Critérios para a valoração da prova testemunhal 231
4.2.3.4. Suficiência: pode a prova testemunhal, sozinha, atender standards probatórios? 235

5.

CONCLUSÕES 239

5.1. Conclusões Gerais 239
5.2. Conclusões Específicas 241
5.2.1. Propostas para o legislador 241
5.2.2. Propostas para o juiz e para os tribunais 244
5.2.3. Propostas para o advogado e para as partes 245
5.2.4. Propostas para as testemunhas 245

Referências bibliográficas 247